

1989 "A história social no estudo da família: uma excursão interdisciplinar". **BIB** 27: 51 - 73.

A História no Estudo da Família Uma Excursão Interdisciplinar

Cláudia Fonseca

Nos últimos anos, a história social vem invadindo o universo intelectual brasileiro, trazendo em seu bojo um interesse renovado por estudos interdisciplinares. Não é por acaso que hoje historiadores estejam sendo convidados para ocupar um lugar de destaque em congressos nacionais de Ciências Sociais; que cientistas sociais estejam lançando mão de interpretações sobre arquivos históricos. Já que misturar disciplinas não é simples, é compreensível que eminentes pesquisadores tenham expressado uma certa cautela diante da possível incursão de “modismos” no seu campo. Mas essa cautela deve servir para estimular, em vez de estancar o debate.

A Nova História apresenta o exemplo de uma abordagem interdisciplinar controversa. Tem inspirado reações extremadas de torcedores fanáticos a cassandras que vêem nela um perigo reacionário, um passatempo tolo ou, na melhor das hipóteses, um exercício intelectual exótico, bom para historiadores europeus que têm décadas de “pesquisas sérias” atrás deles, mas mal-adaptado à historiografia brasileira.

Enquanto antropóloga interessada pela família no Brasil contemporâneo, encontrei grande estímulo na história social. Mais ainda, a riqueza desse campo me parece devida justamente à interação entre uma variedade de abordagens. No rever os estudos sobre a família européia, tornou-se claro que as diversas Histórias – Demográfica, Econômica, Política, das Mentalidades, ou Nova-, longe de representarem fases sucessivas do empreendimento intelectual, coexistem, se alimentando reciprocamente através de diálogos ora amistosos ora antagônicos.

Antropólogos participaram plenamente desse debate, encontrado uma receptividade especial entre novos historiadores. Pesquisadores nos dois campos descobriram que não somente têm assuntos em comum (o parentesco, a vida íntima, o cotidiano), como também seus métodos vêm se revelando compatíveis, quando não idênticos.¹

No Brasil, a interpenetração entre essas disciplinas no que diz respeito ao estudo da família ainda está tímida. Há historiadores que estudam a família brasileira com riquíssimos resultados.² Nos últimos anos o assunto “família” atraiu também a atenção dos melhores cientistas sociais.³ Porém, em geral, os pesquisadores continuam presos às demarcações de tempo (cientistas sociais estudando o presente, historiadores estudando o passado) e, apesar de tratarem de assuntos semelhantes, suas bibliografias raramente coincidem.⁴

Minha intenção aqui, ao comentar os estudos históricos sobre a família européia, é encorajar a troca interdisciplinar de idéias. Não pretendo oferecer uma lista exaustiva de obras, nem fazer uma *exegese* aprofundada das linhas comentadas. Quero apenas trazer à tona alguns subsídios bibliográficos sobre temas que possam ser úteis a cientistas sociais estudando a família no Brasil.

Dados Demográficos – As Primeiras Fontes

Os primeiros passos da história social sobre a família foram dados pelos historiadores demográficos. A partir do século XVI, as paróquias inglesas e francesas começaram a manter registros sistemáticos de batismo, casamento e morte. Usando esse material para fazer reconstituições familiares, historiadores demográficos conseguiram estabelecer a história biológica de famílias individuais (ver detalhes sobre esta técnica em Daumard et al., 1984) e, junto com dados censitários fornecidos casa por casa, chegavam a tipologias de unidades domésticas.

A tipologia que vigora na Europa até meados deste século foi formulada por um sociólogo e reformador, F. Le Play, com base em dezenas de enquetes dirigidas por ele na Segunda metade do século XIX (ver Perrot, 1973). Deplorando encontrar o que ele considerava famílias “desorganizadas” entre os proletários franceses de sua época, montou a teoria da família conjugal, “reduzida” e “instável”, que teria substituído a família tronco (*souche*). Considerou a família tronco como uma harmoniosa comunidade, regida por um patriarca e assim constituída: o pai de família, sua esposa, seus filhos solteiros, seu herdeiro, a mulher e prole deste, empregados domésticos. A tipologia de Le Play só caiu de moda depois que suas falhas empíricas foram apontadas por P. Laslett (1972). Esse pioneiro inglês da história demográfica usou dados censitários da Europa inteira para mostrar que a família tronco era rara na época pré-moderna (a média de pessoas por família sendo de quatro a seis), e, em vez de estar definindo (como quisera Le Play), tendia a aumentar nos séculos XIX e XX. Os historiadores lançaram mão, portanto, de novas tipologias.

Hajnal (1965), traçando uma linha de Trieste a São Petersburgo, tentou definir os contornos geográficos da família da Europa Ocidental pela (1) neolocalidade; (2) alta porcentagem de solteiros devido ao casamento tardio e o celibato permanente; e (3) saída precoce de crianças do lar para morar como serviçais na casa de outros. Outros historiadores, seguindo as pegadas de Le Play e Hajnal, incorporam novos elementos para refinar as tipologias. Alguns, tais como Laslett (1972) e sua equipe de Cambridge, empenharam-se em identificar regularidades regionais no comportamento familiar, medindo fatores como a diferença de idade entre esposos e a taxa de recasamento. Outros privilegiam fatores tais como sistema fundiário ou ambiente geográfico, que pudessem explicar essas regularidades. A. Burguière (1986) por exemplo elabora três tipos familiares que se distribuem em regiões geográficas distintas: a “família comunitária” que seria comum em áreas de sistema feudal (Rússia, Polônia) de parceria (Itália Central), ou propriedades indivisas (os zadrugas, os sérvios) onde mão-de-obra assalariada praticamente inexistia; a família conjugal, mais ligada às áreas de minifúndios com mão-de-obra flutuante (fornecida em parte pelas crianças e jovens em circulação); e a “família tronco” que, por sua vez, seria típica de regiões montanhosas (França Meridional e Alemanha), de habitação dispersa e terra infecunda onde a fragmentação do patrimônio por transmissão traria conseqüências desastrosas.

É inegável que os dados demográficos forneceram os alicerces para avanços teóricos. Ao indicarem modificações “observáveis” ao longo prazo no comportamento das populações, deram início a inúmeros debates. Contudo, a ênfase exagerada nas estatísticas brutas levou, num primeiro momento a um certo reducionismo malthusiano.⁵ Fatores ambientais como a fertilidade da terra, as secas e as epidemias ganharam grande

importância. Considerações de ordem política ou da economia política, quando surgiam, permaneciam limitadas ao nível local.

A própria tipologia, método por excelência dos historiadores demográficos, se presta a usos equivocados. Quando aplicada a divisões geográficas, apresenta os mesmos defeitos do conceito antropológico de “regiões culturais”: além de subsumir a diversidade de diferentes grupos em categorias homogeneizantes, deixa subentender uma lógica difusionista ou ecológica em detrimento de uma análise fatorial das estruturas específicas.⁶

Outra desvantagem da tipologia é que, pela sua ênfase demasiada no conceito de domicílio, tende a enfatizar estruturas em vez de processos. No combate a esse problema, a contribuição da Antropologia foi marcante. J. Goody (1972), usando exemplos da etnografia africana, demonstra que, apesar de existirem *household* com mais de cem pessoas, as unidades que cumprem funções domésticas (produção e socialização) são sempre pequenas – como na história da Europa Ocidental, de quatro a sete pessoas. Ele sugere que o importante não é contar o número de pessoas morando sob o mesmo teto, mas sim esmiuçar as relações entre as unidades menores (de produção, consumo etc.) que muitas vezes extrapolam as moradias e ofuscam os limites entre categorias como “família”, “parentesco” e “unidade doméstica”. Para dinamizar o conceito de *household*, T. Hareven (1977), por sua vez, incorpora o conceito antropológico de “ciclo doméstico”, seguindo as unidades domésticas nas suas várias fases de expansão, cisão e diminuição. Outra proposta é a de Flandrin (1979:79-801), que propõe uma classificação de sistemas familiares baseada não em estruturas, mas sim em mentalidades. Define três *ethos* (*esprits*): o da *maison*, da *linhagem* e do *ménage*, ligando cada um a um determinado sistema de herança.

Goody, Harven e Flandrin são expoentes da nova geração de pesquisadores que desafiaram as barreiras entre os diversos ramos da disciplina e provocaram uma revolução dentro da própria história demográfica. A tipologia perdeu seu lugar de destaque para abordagens menos descritivas. O acento deslocou-se na direção de hipóteses explicativas que associam acontecimentos de micro-escala a processos históricos amplos.

Proletarização e Estrutura Familiar

O século XVIII foi palco de uma explosão demográfica vista por historiadores como sintoma de mudança nos antigos padrões familiares. Como esta explosão antecedeu a Revolução Industrial, pesquisadores procurando causas econômicas passaram a investigar a “proto-industrialização” (ou seja, o surgimento de indústrias caseiras) como desencadeadora do processo. Eles explicaram o lento crescimento populacional na época pré-moderna em função do casamento tardio.⁷ As pessoas, camponeses na sua maioria, teriam poucos filhos por que, encurraladas entre a norma neolocal e a dependência da terra familiar para sobreviver, esperavam anos para ter acesso (por herança ou pela generosidade do patriarca) ao mínimo econômico necessário para o casamento. A proto-industrialização rompeu com esse sistema familiar, pois os jovens, tendo acesso a uma renda independente da terra, passaram a sair de casa mais cedo e, portanto, a produzir mais filhos (Levine, 1977).

Essa perspectiva mal havia sido consagrada como “o novo consenso” quando começaram as refutações empíricas. Como a idade dos noivos era o eixo do argumento, este dado foi alvo dos primeiros ataques. Caso após caso, foram levantados exemplos em que a proto-industrialização – e até a industrialização – não haviam propiciado o casamento precoce. Surgiram especulações de que a renda do jovem poderia até adiar seu casamento, pois seus pais relutariam em perder sua contribuição para o orçamento familiar (ver

Gutmann e Leboutte, 1984; Spagnoli, 1983; Levine, 1982; Lynch, 1986, para mais detalhes sobre proto-industrialização)

Outra transformação do comportamento familiar, mais facilmente ligada à Revolução Industrial, é a taxa de ilegitimidade que, após 1770, atingiu proporções inusitadas. Em geral, os historiadores concordam que até o século XVI o casamento (e portanto, a bastardia) era mal-definido. Na confusão entre uniões consensuais, “casamentos clandestinos” (reconhecidos pela Igreja) e uniões oficiais havia amplo lugar para o divórcio *de facto* e a bigamia. Devido à grande mobilidade de trabalhadores agrícolas, não era inconcebível para um esposo infeliz mudar de região, “casar” de novo e gerar filhos “legítimos”. A partir do Concílio de Trento, o casamento, estável e consagrado pelas autoridades, começou a consolidar-se (em algumas regiões mais lentamente do que outras) como norma e prática da maioria. A partir do século XVI, houve um recuo do concubinato e um decréscimo correspondente de nascimentos ilegítimos. Até meados do século XVIII, a taxa de ilegitimidade era mínima (menos de 5%) e seu aumento ocasional, limitando a períodos de crise econômica.

Louise Tilly (1976 e 1979) retoma essa imagem relativamente estável da família pré-industrial para construir seu argumento sobre o impacto de mudanças econômicas durante o século XVIII. Ela projeta uma imagem do início do século em que as pessoas ainda viviam em comunidades rurais economicamente ancoradas na agricultura ou na proto-industrialização. A alta taxa de gravidez pré-nupcial dessa época indica que a relação sexual fazia parte do noivado;⁸ não levava à bastardia, pois haviam pressões comunitárias para assegurar o cumprimento da promessa matrimonial. Com as transformações econômicas, mulheres tornaram-se mão-de-obra excedente nas suas comunidades originais e foram impelidas para a cidade, onde entravam no trabalho assalariado como empregadas domésticas ou como operárias na indústria têxtil. Nesse novo contexto, as mulheres continuavam a namorar e noivar como nas suas comunidades de origem – só que agora, com a grande mobilidade da população e a ausência da pressão comunitária, muitos homens, por má-fé ou por total impossibilidade econômica, sumiam antes do casamento. O aumento de ilegitimidade seria a prova da persistência de atitudes familiares tradicionais mal-adaptadas ao novo contexto.

Outro estudo clássico que documenta transformações no comportamento familiar de grupos populares durante o século XVIII é o de Depauw (1971) sobre Nantes. Pelo exame de certidões de nascimento com nome e profissão dos pais, ele sugere que, se no início do século os filhos ilegítimos eram poucos e em geral fruto de amores ancilares (entre empregadas e seus patrões), no final do século o número crescente de ilegítimos vinha de uniões entre homens e mulheres, ambos dos grupos trabalhadores, vivendo em uniões consensuais.

A maioria dos outros autores concorda que, durante os séculos XVIII e XIX, o comportamento familiar dos trabalhadores urbanos foi caracterizado pela grande incidência de concubinato e alta taxa de ilegitimidade.⁹ Há, no entanto, interpretações radicalmente diferentes sobre essas práticas. Por um lado, há análises como a de Tilly que denunciam o novo comportamento como fruto de exploração e miséria e apresentam uma imagem de pessoas desnorteadas, da desorganização familiar. Na melhor das hipóteses, o concubinato é visto como uma etapa no ciclo de vida proletária, uma época em que se acumula dinheiro para poder realizar o ideal de casamento oficial (Berlanstein, 1980; Frey, 1978); na pior, é associado, como no estudo de Laslett e outros (1980), a um “subgrupo propenso à bastardia”, composto de indivíduos “irresponsáveis” de todas as classes.

Por outro lado, há análises em que as margens e desvios da norma são examinados em função de uma lógica alternativa. Sob essa ótica, as práticas de grupos populares não são reduzidas a réplicas claudicantes de modelos dominantes. Levine e Wrihston, por exemplo, criticam a idéia de um “subgrupo propenso à bastardia” e sugerem outra em que a ilegitimidade é vista como parte integrante de uma vigorosa cultura popular, “centrada nos bares mais do que nas Igrejas”(1980:170). A precariedade econômica é parte dessa configuração: difíceis condições de vida levam a rupturas - pessoas deslocadas, expectativas frustradas e casais desfeitos. Mas seria ingênuo pressupor que a vida de trabalhadores rurais era muito melhor; a instabilidade geográfica e a precariedade econômica também faziam parte de seu percurso (ver Smith,1984). Conforme este tipo de interpretação, as novas tendências evidentes nos dados demográficos refletiriam uma modificação na composição estrutural da população, antes do que uma mudança no comportamento de determinados indivíduos. A enorme expansão do proletariado urbano traria para a frente do palco comportamentos que, em escala reduzida, eram encontrados entre grupos populares há muito tempo.¹⁰ Assim, o concubinato e a ilegitimidade não seriam interpretados como comportamento “desorganizado”, nem reduzidos a simples estratégias de sobrevivência. Seriam, antes, traços de uma cultura popular com dinâmica própria (ver Stone,1984; e Perrot, 1998, para hipóteses semelhantes)

Um tema final de proletarização e formação familiar diz respeito a crianças. Pergunta-se por que as camadas populares urbanas não demonstraram a baixa de fecundidade evidente em outros grupos, por que continuaram, até o início do século XX, a ter muitos filhos. Tilly, estudando duas cidades francesas no final do século XIX, levanta a hipótese de que a renda dos filhos era essencial ao orçamento da unidade doméstica. Não era só o emprego infantil que interessava; “a curta duração da vida de trabalho do adulto exigia que os filhos sobrevivessem para ajudar seus pais na velhice” (1978:53-54). É significativo que, nesses grupos, a fecundidade só tenha decaído no final de século, depois que o trabalho infantil começou a ser legalmente reprimido. D. Levine (1985), faz observações semelhantes na sua pesquisa sobre trabalho infantil e escola na Inglaterra. Refutando a tese de que a escolarização compulsória teria introduzido atitudes filiocêntricas entre famílias trabalhadoras já no século XIX, ele sugere que até o século XX essas famílias preferiam empregar seus filhos (seja na fábrica, seja- depois das restrições legais – em indústrias caseiras) a mandá-los para a escola. Ainda contavam com a cumplicidade de magistrados paternalistas que deixavam de exigir o cumprimento da educação compulsória nessas camadas da população. Para Levine, assim como para Tilly, a chegada seria conseqüências de mudanças políticas e econômicas (legislação e condições materiais de vida), antes do que propriamente culturais (escola).

Os Aparatos de Poder

Se, na busca de uma melhor compreensão da evolução familiar, certos pesquisadores dão mais importância a fatores econômicos, outros priorizam as forças políticas. Estes últimos tendem a variar sua ênfase conforme a época estudada. A Igreja é preeminente em estudos sobre a época pré-industrial; o Estado e a legislação aparecem mais nas análises dos séculos XVII, XVIII e XIX; já estudos sobre os séculos XIX e XX focalizam as forças moralizantes de educadores e higienistas que tentavam normalizar o comportamento das massas.

O francês G. Duby . em *Le Chevalier , la Femme et le Prêtre*, retrata os 300 anos (de 1.000 a 1.300) que considera cruciais para a formação da família contemporânea. Antes dessa época, a Igreja, fiel à sua tendência ascética, desdenhava o casamento, que nem constava entre os sacramentos : “Os ritos que instituíam a conjugalidade se situavam na camada popular ou, mais precisamente, no vetor profano da cultura” (1981:39). A partir do século XI, pelo menos na França, a Igreja passa a envolver-se mais no casamento: reforça proscricções contra incesto, bigamia e adultério, proíbe o casamento entre pessoas até o sétimo grau de parentesco e se nega agressivamente a conceder o divórcio. Embora haja poucos registros sobre as práticas familiares dessa época, Duby toma o conflito da aristocracia com as novas imposições da Igreja como indicador de uma ordem familiar anterior, “um outro conjunto de regras, de princípios autóctones – não importado como fora o cristianismo...”(idem:41). Concentrando-se nas relativamente bem –documentadas famílias nobres, ele arrisca a hipótese de que a família e o casamento na aristocracia medieval não eram guiados nem pelo amor romântico nem por uma lógica material (ainda “marginal” no século XIII) , mas sim pelo princípio de probitas – a qualidade de probidade, “valentia de corpo e de alma que leva simultaneamente à proeza e à grandeza”. O casamento era negócio de linhagem , não para consolidar as terras , mas para assegurar a continuidade e o fortalecimento no sangue destes probitas.

J. Godoy utiliza noções tanto da antropologia de sociedades primitivas (transmissão bilateral x unilateral) quanto da antropologia da Europa Mediterrânea (honra) para construir seu argumento sobre *The Development of the Family and Marriage in Europe* (1983). Cita Duby como referência básica mas não se contenta em evocar ordens simbólicas alheias. Põe os dados empíricos a serviço de sua tese central: a família moderna teria sido moldada progressivamente a partir do século IV pela “seita” cristã ávida de poder e posses. Para se adonar de patrimônios sem herdeiros, a Igreja tudo fazia para corroer as bases do antigo sistema extenso de parentesco :limitou a adoção e o número de compadres, reforçou a monogamia , impediu o divórcio, deslegitimou filhos extraconjugais, apoiou a abstinência e o celibato. As sensibilidades da família moderna aparecem como consequência destas políticas.

J. L. Flandrin, em *Familles, Parenté, Maison, Sexualité dans l’Ancienne Société*, também lança mão de hipóteses sobre a intromissão da Igreja na vida familiar. A originalidade de sua análise é a de sublinhar os conflitos internos ao mundo católico .Conta , por exemplo, que desde o século XII a Igreja reconhecia como válido o casamento contraído livremente por jovens – a partir de 13 anos e meio para os meninos e 11 anos e meio para as meninas- , até sem o consentimento dos pais.(Os protestantes, por outro lado, consideravam a opinião dos pais tão importante quanto a dos noivos). Quando no século XVI, junto com a consolidação da monarquia e a penetração da lei romana, a autoridade patriarcal se impôs como norma geral, essa diretiva eclesiástica começou a ser seriamente incômoda, particularmente em famílias nobres. Ao promulgar uma série de leis reforçando o controle familiar sobre o casamento, a Corte da França deixou clara sua divergência com a política da Igreja .Como se não bastasse deserdar qualquer pessoa casada clandestinamente, em 1579 o casamento com menores de 25 anos sem permissão paterna foi declarado raptó, punível por morte “sem esperança de perdão”. Para não subverter as hierarquias leigas a Igreja modificou sua política, proibindo casamentos clandestinos e acentuando a gravidade da transgressão à autoridade paterna. Não chegou, porém a invalidar ou revogar casamentos contraídos sem a autorização dos pais e encorajou, assim , um princípio fundamental da família moderna.

Segundo Flandrin, a ideologia cristã criava pressões contraditórias também no seio da família popular. Na Idade Média, as práticas sexuais infecundadas tinham sido tacitamente toleradas, senão inteiramente ignoradas pelos moralistas (ver Roussiad,1985), mas a partir do século XV os padres passaram a reprimir a masturbação, a prostituição e o celibato leigo, empurrando as pessoas na direção do casamento e da procriação. Apesar de exortar o casal a ter, sustentar e educar filhos, ao proibir o uso de qualquer método de controle a natalidade a Igreja tornava esse projeto quase impossível. Na opinião de Flandrin,

“no sistema cristão, a adaptação da demografia a estruturas sociais onde a desigualdade era a regra(...) só podia se dar pela morte precoce de crianças pobres e pela sujeição dos sobreviventes aos donos da terra”(1976:175).

Segundo esses autores, se o agente dos primeiros esforços para a moralização familiar foi a Igreja e seu alvo a elite, o desenvolvimento de um aparato do estado civil começou, a partir de 1600, a deixar sua marca. Historiadores ingleses pesquisando o século XVII enfatizam o surgimento das *Poor Laws* promulgadas durante uma época de uma moralidade puritana que encontrou seu apogeu no governo de Cromwell. Com base no estudo de uma aldeia inglesa, Levine e Wrihston deduzem que, “a partir de 1607, as normas sexuais costumeiras e a cultura popular que as sustentava estavam sob ataque(...)” (1980:17). Aderindo às Leis Tudorianas sobre a pobreza, os aldeões mais ricos exortavam seus vizinhos pobres a disciplinar suas atividades sexuais e seu comportamento familiar. Até o século XVII não passara diante dos tribunais um caso sequer de “formação pré-nupcial simples”, isto é, que não levasse ao nascimento de um bastardo; depois de 1609 tais processos se tornaram comuns, assim como a preocupação filantrópica com casamento entre pobres. Já no final do século XVII a preocupação cromweliana com o pecado deslocara-se para as conseqüências materiais da bastardia. A moralização da família passou a ser um instrumento para controlar os pobres e limitar o número de órfãos sustentados pelos cofres públicos.

O temor dos pobres públicos, de que o comportamento “desregrado” dos plebeus se tornasse um peso econômico na forma de crianças abandonadas aos cuidados do Estado, mostrou-se amplamente justificado no final do século XVIII e início do século XIX. A grande maioria dos estudos sobre o abandono de crianças concentra-se na França, não somente porque lá o fenômeno assumiu proporções acentuadas,¹¹ mas também por causa da documentação legada pelo enorme aparato administrativo do governo francês. O abandono de criança, bem como a indústria paralela de amas-de-leite (ver Sussman,1982) , é geralmente analisado em termos econômicos. Mas a necessidade econômica é vista como a causa principal de abandono. R. Fuchs (1984) refina essa perspectiva ao investigar o papel do Estado como mediador dessa necessidade. Ela contrasta a França com a Inglaterra – onde não somente o *Poor Relief* socorria as mães necessitadas, mas onde as mães solteiras podiam exigir judicialmente uma ajuda paterna.¹² E demonstra de maneira inequívoca como a legislação (por exemplo ao permitir ou impedir o anonimato das mães que abandonavam filhos) e os programas de assistência materna influenciaram o comportamento das mulheres em questão (Fúchs,1987).

Até o fim do século XIX as políticas sociais acompanhadas de uma melhoria de condições de vida para a classe trabalhadora surtiam efeito. Na França e na Inglaterra, a “polícia das famílias” (Donzelot,1980) conseguira atingir uma boa parte dos grupos populares, assegurando sua cooperação no projeto liberal. Historiadores franceses, na trilha de Foucault, descrevem com brilho essa fase da evolução familiar. Extrapolam as

instituições formais lançando mão de uma história das diversas formas de poder que amoldaram, pela moralização e normatização, o homem moderno. Explorando o conceito de poder em seus múltiplos componentes – escola, hospital, Estado, Igreja -, procuram mapear a “genealogia” da família moderna. Através de uma análise de “técnicas sedutoras”, disciplinar o comportamento íntimo de grupos populares. Cabe aqui fornecer um breve resumo de temas que são repetidos pelos diversos autores dessa escola.

A distinção entre pobres respeitáveis e pobres sem-vergonha foi uma das táticas empregadas para inculcar um determinado padrão de comportamento familiar entre pessoas de baixa renda. Marco da filantropia novecentista, tal distinção existia de modo incipiente antes da Revolução Industrial nas *Poor Laws* da Inglaterra e nas atividades paroquiais na França. Separava os “verdadeiramente necessitados” dos degenerados que caíam ou permaneciam na miséria por alguma fraqueza moral (ver Ricci,1983). Assim, para conseguir a simpatia (e ajuda) dos grupos dominantes, o pobre tinha que exibir as virtudes consideradas adequadas a sua situação: humildade, amor ao trabalho, dedicação à vida familiar.

Dentro do espaço urbano, tornou-se possível instaurar medidas para normalizar o operário pelo esquadramento de seu tempo e espaço. A higienização expulsou “marginais” e vagabundos para longe da cidade, a habitação popular preveniu a promiscuidade social e a reorganização do tempo substituiu o Saint-Lundi, dia tradicional da farra operária, pelo Domingo familiar (ver Murard e Zylberman, 1980; Meyer, 1977; Joseph, 1977).

Mas é a criança que gradativamente se torna a via de acesso por excelência para a introdução de atitudes e comportamentos convencionais no seio da família pobre. A escola para grupos populares (instituída na França já no século XVII, numa campanha conjunta entre a Igreja e a Coroa) tem, além da instrução, um duplo objetivo: (1) remover a criança vagabunda ou mendicante da rua e - ou da má influência de sua família e (2) usá-la como “refém” (para assegurar o bom comportamento dos pais) e missionário (para transmitir uma moralidade normatizada e baseada na Contra-Reforma). Enquanto a escola da elite se empenha em ensinar os fundamentos da *civilité* – o novo *ethos* burguês (ver Elias, 1973; Ariès, 1981; Joseph, 1977)-, as escolas populares têm como meta uma educação moral em que os alunos são preparados para “entrar utilmente na sociedade com o conhecimento adequado à sua condição e com hábitos de ordem, docilidade, aplicação, trabalho e prática de deveres sociais e religiosos” (tratado de 1818 citado por I. Joseph, 1977:41).

A vagabundagem de menores, associadas no imaginário burguês à prostituição e ao crime, é um fantasma que assombra dois séculos de reformadores (Meyer, 1977). Aos poucos, os delitos cometidos por crianças se tornaram um problema médico. Justificando, além do castigo, um trabalho terapêutico junto aos familiares do delinqüente. Com o século XX, médicos e psiquiatras se juntam aos educadores para criar, ao lado dos “menores perigosos”, uma nova categoria dos “menores em perigo”, abrindo a porta, sob o pretexto de medidas preventivas, para a intervenção em qualquer família pobre (ver também Donzelot, 1980; Lmarche-Vadel, 1981).

Outra parte desses estudos sobre a normatização da família trata do papel dos primeiros cientistas sociais. Segundo eles as enquetes sociais do século XIX, de De Gerando e Le Play, viriam estreitar o cerco em torno daqueles que teimavam em se desviar do novo modelo familiar. E a Sociologia, de Marx a Durkheim, ao tratar os pobres “sem-vergonha” de “escória” e suas famílias de “anômicas”, daria legitimidade científica à condenação moral do pobres (Fristh, 1977; Perrot, 1973).

A História das Mentalidades

A história das mentalidades parece ter um número de definições tão grande quanto a soma de seus adeptos e críticos. A própria *École des Annales*, freqüentemente vista como sinônimo da história das mentalidades, reúne trabalhos de diversas orientações – desde a história econômica e a história das sensibilidades. Nesta resenha, elegemos nos concentrar na tendência relativamente recente que enfatiza os sentimentos e as sensações, isto é, que, deixando de lado as filosofias oficiais e religiões institucionalizadas, privilegia elementos da vida afetiva normalmente mal-articulados no discurso racional. Já que no imaginário de pesquisadores contemporâneos essas atitudes são freqüentemente associadas a relações familiares, este ramo de história foi se mesclando à história da família.

Dos dados censitários, esses historiadores procuraram tirar implicações para a vida emocional. Vejamos, por exemplo, a imagem esboçada por L. Stone sobre a trajetória de um homem médio nascido no século XVII:

“Seria um de quatro, cinco ou seis irmãos dos quais dois ou três estariam mortos antes dos quinze anos. Com 26 ou 27 anos, casaria com uma mulher de 23 ou 24 e teria quatro, cinco ou seis filhos. Destes, a metade morreria ainda criança e os outros seriam mandados embora (para serem domésticos na casa de aldeões vizinhos), por volta da idade de 12 anos”(1977:50).

Havia uma chance em duas de que o homem ou sua mulher morresse durante os primeiros 17 anos de casamento, mas o recasamento era extremamente comum. Por causa desta alta mortalidade, quase um quarto das famílias incluía crianças que eram onipresentes (evidentes em quase um terço das casas inglesas até o século XIX). Por causa dessa composição “instável” e “híbrida” da unidade doméstica, conclui Stone, a família pré-moderna era “fundamentalmente diferente daquilo que conhecemos hoje” (*idem*).

Para imaginar a vida doméstica das massas de outrora, esses historiadores se apoiam também no que se conhece de sua vida material. Descreve-se, por exemplo, a promiscuidade de velhos e jovens, patrões e empregados, homens e mulheres que, até o século XVII (e bem mais tarde entre as camadas populares), comiam, dormiam e trabalhavam em uma ou duas peças exíguas (Ussell,1980). Daí deduzem-se sensibilidades determinadas. Flandrin, por exemplo, conjectura sobre a cama coletiva:

“Deveríamos pelo menos admitir a possibilidade de que o sono em comum tenha sido, entre camponeses e outra pobre gente de antanho, um das mais interessantes manifestações de sentimento comunitário, e o leito comum um dos locais privilegiados da vida em família antes que, em dois ou três séculos, moralistas obcecados pelos pecados da carne dessem-lhe sumiço”(1976:100).

Levando estas indagações um passo adiante, alguns historiadores procuraram estabelecer a cronologia da evolução dos afetos. Outros abriram mão da busca de teorias diacrônicas, optando por aprofundar a particularidade de determinados lugares e épocas. Nos parágrafos seguintes veremos essas duas tendências em maior detalhe.

A Evolução dos Afetos

A *História Social da Criança e da Família*, publicada em 1964, foi a obra pioneira do enfoque diacrônico. Tratando principalmente da França, da época medieval até o início do século XIX, Philippe Ariès tem como hipótese central a transformação da sociedade tradicional pela gradativa polarização da vida social em torno da família. Nesse processo que, com ajuda de educadores e moralistas, difundiu-se do alto para baixo da pirâmide social, a criança foi uma peça chave: a necessidade de educá-la e prepará-la para o futuro fez com que seus pais virassem as costas às antigas sociabilidades (da rua, do parentesco extenso), entregando-se à privacidade do lar e seu complemento, a escola. A nova visão da família tornou-se brasão da burguesia, legitimando uma distinção que se alastrava das sensibilidades para a vida material: “A procura da intimidade e as novas necessidades de conforto que ela suscitava (...) acentuava ainda mais o contraste entre os tipos de vida material do povo e da burguesia” (1981:279).

As falhas do livro de Ariès estão hoje bastante aparentes: ele navegou com uma fluência duvidosa entre os séculos, não se interessou muito pelas mudanças políticas e fez pouco caso da revolução industrial e suas subsequentes etapas de capitalismo. Contudo, se o livro virou clássico, é por que o autor antecipa atitudes intelectuais que viriam se consolidar em formas mais sutis nas décadas seguintes. Considerou a noção de infância como construção histórico-social em vez de “natural”; enfocou os sentimentos e não as estruturas familiares. Além de documentos escritos, ele explorou vários tipos de fontes: iconografia, arquitetura, roupas, brinquedos etc. Por fim, soube esquivar-se das ideologias dominantes da década de 60 (modernização, entre outras) e pintar a mudança histórica em termos outros que não o “progresso”. Apesar de usar uma dicotomia – modelo atualmente olhado com suspeita –, Ariès teve a originalidade de montar uma oposição em que “eles” soam tão humanos quanto “nós”. Sua maneira de esmiuçar o “aburguesamento” de valores, descritos não em termos de denúncia, mas sim de processo histórico, permanece hoje uma ferramenta útil para a compreensão da sociedade de classes.

O americano E. Shorter, em *The Making of the Modern Family* (1975), retoma temas semelhantes para caracterizar o “desenvolvimento da família moderna”: a maior intimidade entre cônjuges (*companionate marriage*), a afeição crescente entre pais e filhos e a criação da privacidade e aconchego no lar conjugal. Tratando particularmente de grupos populares, pergunta como e por que a vida familiar seguiu esse rumo. Apesar de levantar algumas das considerações ligadas ao crescimento do capitalismo – uma melhoria de condições de vida, a expansão do assalariado, uma “mentalidade econômica egoísta” – o peso de seu argumento está na idéia de uma revolução sentimental: num determinado momento do século XIX, os jovens da Europa teriam tomado a decisão de substituir um sistema de valores que enfatizava o compromisso para com a linhagem e a coletividade por outro que glorificava a felicidade e a realização pessoal. Enquanto o sentimento materno teria surgido primeiro nas camadas abastadas, o amor romântico e o erotismo (evidentes na exploração de técnicas anticoncepcionais) teriam aflorado primeiro entre os casais mais humildes. E é neste ponto que Shorter, usando anedotas de *wife-sales* a *bundling*,¹³ investe a maior parte de suas energias. Enquanto Ariès parece se inclinar diante do “outro” (num certo saudosismo pela sociedade de outrora), Shorter deixa subentender um progresso (maior “espontaneidade”, maior “criatividade”) na configuração emocional da família moderna.

DeMause, conterrâneo de Shoter e co-organizador do *Journal of Psycho-History*, leva este raciocínio evolucionista um passo adiante no ensaio introdutório de *History of Childhood* (1974). Descreve a mudança de atitudes em termos da psicologia da personalidade adulta: os sentimentos paternos, antes de chegarem à “empatia” de hoje, teriam passado por fases históricas de “projeção” e “regressão”. Apesar do óbvio etnocentrismo dessa perspectiva, “psico-historiadores” têm feito valiosas contribuições para o estudo da família tanto ao nível de levantamento empírico (ver os excelentes artigos que compõem o livro organizado por DeMause) quanto ao nível conceitual.¹⁴

De maneira semelhante a Ariès e Shorter, L. Stone, em *The Family, Sex and Marriage in England, 1500-1800*, esboça quatro características da família moderna já incipientes no século XVII: a ascendência do grupo conjugal sobre vizinhos e outros parentes, a concepção do sexo com prazer e não pecado,¹⁵ a valorização da privacidade física e uma ênfase na autonomia e independência. Transita entre observações econômicas, ideológicas e políticas, negando-se atribuir a evolução dos sentimentos a um só fator. Evita modelos homogeneizantes, ressaltando a especificidade de práticas e valores segundo cada grupo sócio-econômico. Não se omite, no entanto, de examinar o impacto das forças, tais como a ideologia calvinista, que repercutiam em toda a Inglaterra.¹⁶ Finalmente Stone demonstra sua recusa da perspectiva evolucionista nas conclusões do livro em que sugere que a família moderna não é mais duradoura nem mais satisfatória do que outros modelos do passado.

J.L. Flandrin (1976) também demonstra a tendência atual de evitar simplificações teóricas. Movendo-se com igual facilidade entre assuntos da história demográfica (herança, dados censitários, composição familiar) e os da história das mentalidades (autoridade patriarcal, amor materno), fornece-nos, entre tabelas e bibliografia anotada, uma pequena enciclopédia sobre a história da família na Europa Ocidental. Apesar desta plethora de dados, seu objetivo principal não tanto criar teorias sobre mudanças estruturais quanto fundamentar especulações sobre os aspectos íntimos da vida familiar.

Por exemplo, é um dos raros historiadores a se interessar pela contracepção. Segundo Flandrin, esta prática começou a difundir-se entre camponeses franceses no fim do século XVIII- sendo provavelmente responsável pela queda da fecundidade conjugal da mesma época. Longe de ser uma indicação de seu hedonismo (como queriam os moralistas da época) ou o erotismo (como quer Shorter), Flandrin vê a popularidade novecentista dessas práticas como reação contra a enorme mortalidade infantil. Observando que a queda de fecundidade conjugal acompanhou a queda de mortalidade infantil ele mostra a “revolução malthusiana” não como causa mas como consequência dos novos sentimentos paternos e maternos. Da queda de fecundidade conjugal, chega a fazer deduções sobre mudanças na autoridade feminina: o desejo de limitar a natalidade seria oriundo principalmente das mulheres; sendo o coito interrompido o método contraceptivo mais comum, sua eficácia dependeria dos poderes persuasivos da esposa.

A “Nova” História Francesa

Várias tendências já esboçadas nos trabalhos dos franceses Ariès, Flandrin e Duby são ainda mais evidentes no trabalho dos “novos historiadores”. Sua proposta acadêmica, sendo uma das mais controvertidas, merece alguns esclarecimentos

Esse método se remete aos mesmos fundamentos filosóficos que produziram as antropologias interpretativa e pós-estruturalista do outro lado do Atlântico. O capítulo mestre da *Nova Histórica* (De Certeau,1979), com sua filosofia Kuhniana subjacente, parece uma versão gaulesa da *Introdução à Interpretação das Culturas* (Geertz,1978). E não é nada surpreendente que essa abordagem histórica tenha seus melhores aliados americanos em Princeton (ver Darton,1986), onde Geertz participa como colaborador ativo no projeto interdisciplinar. Rejeitando constantes pan-históricas ou trans-culturais,¹⁷ esses pesquisadores reivindicam uma análise nas linhas da fenomenologia narrativa. As emoções seriam vistas enquanto construções sócio-históricas e entendidas à luz da sociedade em que nascem.

Esse grupo criou um estilo literário destinado antes a evocar um ambiente do que definir princípios científicos – uma linguagem que rejeita dicotomias simplistas substituindo-as por “zonas nebulosas”, conflitos, contradições e ambivalências (Perrot,1984:15). Postula que há nos gestos, rotinas cotidianas e atitudes corporais dos indivíduos uma lógica explícita do discurso oral. Serve antes para colocar em dúvida teorias existentes do que para construir novas teorias; para descrever configurações do que para diagnosticar causas e conseqüências. Aqui, o objetivo não é atingir grandes esquemas explicativos, mas sim estender a imaginação do leitor, convencê-lo da carência de uma lógica alheia e, através desta alteridade, levá-lo a colocar em perspectiva seus próprios valores.

A *família*. De cunho profundamente iconoclasta, os estudos desses autores desmascararam a suposta harmonia da família de outrora. O exame de *lettres de cachet* (pelas quais um indivíduo requeria o encarceramento de um familiar na Bastilha) revelou, embutidas na “ordem familiar” da França revolucionária, rivalidades ferrenhas: além dos inevitáveis atritos entre cônjuges, havia pais contra filhos , irmão contra irmão (Farge e Foucault,1982). Dos arquivos dos Conselhos Municipais surgiram histórias sobre a cupidez de viúvos recasados que só não conseguiam deserdar seus filhos do primeiro leito por causa da vigilância pública (Baulant,1972). O parentesco, por ser eixo da transmissão de bens, parece ter andado de mãos dadas com o conflito (ver também Clavirie e Lamaison, 1982).

Em relato após relato, descobrem-se exceções às supostas normas familiares. Aquela família tão presente em outras abordagens – força motriz, organizadora primária ou norma moral suprema da sociedade- torna-se neles uma noção descabida. Esquivando-se de qualquer tentativa de retificação, as noções e formas de organização ligadas à família se desmancham no campo mais fluído da vida cotidiana.

Historicizar o historiador. À medida que outras fontes ganham legitimidade enquanto barômetro de valores, os escritos tornam-se suspeitos e sua leitura mais problemática. A própria noção de valor tem que se adequar a discrepâncias entre normas explicitadas por escrito e normas expressas no comportamento. Práticas e condições de vida que variam radicalmente de um grupo para outro tornam absurda a análise reducionista em que uma época é caracterizada por um único conjunto de valores. As fontes escritas são historicizadas (seus produtores situados dentro da sociedade de classe ou Estado) e sua utilidade, enquanto retrato da realidade, relativizada.

A . Corbin, no seu artigo sobre a historiografia do século XIX, apresenta-nos um exemplo claro dessa preocupação. Sugere, como passo preliminar ao estudo da época

vitoriana, que o historiador faça uma análise da psique masculina de então: do sistema de representações, dos medos e ansiedades que ordenavam a linguagem dos autores que ordenavam a linguagem dos autores dos documentos oficiais: clérigos, médicos e literatos (1984:142). Daí, pergunta se as imagens legadas pela literatura novecentista sobre “o pudor da mulher, a fragilidade da jovem operária, a miséria da prostituta” não foram exageradas pelo imaginário da época:

“(…) não é questão de negar (a veracidade dessas imagens) *a priori*, mas sim, de reexaminá-las a fim de evitar todo exagero. Esse reexame é importante pois a análise histórica arrisca ser deturpada não somente pelos discursos masculinos, mas (...) também pela interiorização dos modelos propostos, e pelas encenações femininas. Uma teatralização de atitudes impostas pelo rigor do controle social e pela rigidez dos rituais arrisca despistar o historiador crédulo, assim como acontecia antigamente com as testemunhas tolas”(1984:146).

As premissas filosóficas subjacentes a esse gênero de investigação, sobre a natureza inevitavelmente parcial do saber e a necessidade de manter uma vigilância epistemológica constante, têm aguçado a autocrítica dos pesquisadores atuais. Assim, Corbin comenta os ardis de um certo tipo de História, “tributária da filantropia”, em que elementos dramáticos do passado são enfatizados.

“Os pesquisadores, em geral mulheres que escolheram privilegiar os arquivos das instituições de refúgio não têm outra alternativa senão enfatizar o fracasso, a miséria, a infelicidade, pois a amostra que examinam se compõe exclusivamente de arrependidos e vencidos. Um evidente puritanismo tem pesado, até recente época, sobre a pesquisa universitária”(idem:146).

Se, num primeiro momento, a História se limitava ao fato nobre, num segundo, se estendeu ao “chocante”. Sobra a pergunta: será que deveríamos nos satisfazer com isso? Colocar em perspectiva nossos critérios de “assuntos significativos”, quer sejam nobres, quer sejam sensacionalistas, é um desafio que levou esse grupo a se voltar justamente para aquilo que parece o mais banal e “insignificativo” da História- o cotidiano.

O cotidiano. Na História *évennementielle*, as pessoas afastadas do prestígio e poder – grupos populares ou mulheres- quando muito apareciam em segundo plano como figurantes em movimentos sociais ou em modificações demográficas. A nova História propõe, através de fontes alternativas – imagens, objetos de casa, disposição do espaço, nomes de batismo¹⁸- fazer uma arqueologia de época para focar comportamentos individuais e práticas rotineiras. Esse material, relegado até data recente aos museus de folclore, hoje é redescoberto por pesquisadores querendo ler nele a álgebra de outro universo simbólico. O cotidiano é contraposto tanto aos “assuntos nobres” da história positivista quanto às “práticas e costumes” do folclore tradicional. Longe de emular as descrições complacentes da história pitoresca, esses pesquisadores apresentam seus estudos como eminentemente políticos e questionam a lógica que os relega à categoria de banalidades (Perrot,1979:127).

Proliferam os livros produzidos sobre “o cotidiano” em determinada época, em determinado lugar (ver Farge,1979, e a série editada por Gallimard sob a direção de Pierre Nora e Jacques Revel). Surgem estudos sobre as diversas personagens que atravessam o

palco da vida íntima : a prostituição (Corbin,1978), a solteira (Farge e Klapsich,1984), as amas-de-leite (Martin-Furgier,1978).

De interesse particular são os estudos sobre as implicações simbólicas e sociais que cercam tarefas domésticas. Aprendemos, por exemplo, que na Inglaterra Tudoriana crianças de pais nobres circulavam como criados domésticos entre famílias amigas (McCracken,1983). Em regiões rurais, as tarefas domésticas dos empregados incluíam o trabalho agrícola e, até a época contemporânea, supriam assim as carências cíclicas de mão-de-obra da família nuclear (Kussmaul,1981). É contudo nos estudos sobre a França que os sentimentos ligados a tais arranjos assumem um lugar de destaque.

Maza (1983) sugere que, na época do Antigo Regime, os empregados domésticos gozavam de todo tipo de intimidade com seus patrões- desde a cama até a colaboração financeira em empreendimentos comerciais. Representavam uma categoria à parte, amortecedora das relações entre o público e privado, liminar entre a classe média e a classe baixa. No decorrer do século XIX, com a feminização da *domesticité*, a “racionalização” do trabalho doméstico e a nova intimidade da família conjugal, os empregados domésticos foram relegados progressivamente à categoria de mal necessário, intrusos a serem tolerados.

Bonnie Smith e A. Martin-Furgier ilustram bem o caráter particular da família novecentista em que a sociedade realinha suas sensibilidades pelas distinções de classe. A primeira, em *Ladies of the Leisure Class* (1982), concentra-se num grupo de burguesas provincianas que, uma ou duas gerações depois de se retirarem do espaço produtivo, empenharam-se na criação e administração de um território próprio, o lar aconchegante. Como Martin-Furgier em *La Bourgeoise* (1983), Smith sublinha a influência da educação católica (reduto das filhas burguesas) e sua ênfase sobre a complementariedade do papel (familiar) da mulher em relação ao do homem como aspecto fundamental das novas imagens femininas e familiares. Martin-Furgier (1979), num outro livro sobre a massa de empregadas em Paris em torno de 1900, fala das conseqüências da revolução doméstica, estes antigos integrantes da família, observaram “de fora” os novos valores da família moderna; viram seu tempo esquadrinhando por cronogramas tayloristas, seu espaço diminuído a um quarto exíguo longe do “lar aconchegante” e seu *Status* rebaixado ao de “ameaça moral”, presença poluidora, representante das classes perigosas.

História da Mulher. Tratando-se de assuntos tão ligados à identidade feminina, não é surpreendente que, entre os novos historiadores, tenha se formado um grupo interessado na “história da mulher”. Refletindo a influência de teorias feministas, já na vanguarda de reflexões pós-modernas (ver, entre outras, Strathern,1987), os historiadores desta linha contribuíram de maneira especial para a definição de um método próprio. Alegando que a história social não levou sua proposta ao cabo no que diz respeito à mulher (Faure,1980), propuseram atacar esse “silêncio” da historiografia.

Durante a década de 70, esses historiadores tendiam reivindicar a valorização de assuntos “femininos”, tradicionalmente recalçados pela história positiva : o corpo, a maternidade, o mundo doméstico. Contudo, em breve se deram conta de que restringir-se a assuntos femininos era ceder aos estereótipos que queriam derrubar. De modo semelhante, se num primeiro momento os estudos eram centrados nas estruturas de misoginia, com a acumulação de experiências tornou-se claro era preciso ir além de uma militância simplória atrelada a uma definição estreita da política. Não bastava fazer análises dos mecanismos de controle se assim se perdia de vista o próprio objeto de controle – a mulher. Reduzir

mulheres a “vítimas”, produtos residuais da dominação masculina, era subestimar sua criatividade enquanto agentes sociais. Nestes termos, a denúncia fácil arriscava tornar-se instrumento do próprio processo que visava criticar.

Um primeiro volume de artigos organizado por M. Perrot (1978) enfoca o “trabalho feminino”. Através da comparação de tecelãs nas usinas de seda com amas-de-leite, costureiras e fabricantes de cigarros, mostra-se que o trabalho da mulher, casada ou solteira, seguia sempre o ritmo e um regime particular, ditados pelo seu corpo, seus deveres familiares e sua sexualidade. No ano seguinte sai *L’Histoire sans Qualités* (Farge *et al.*, 1979) que, debruçando-se sobre literatos e líderes políticos assim como simples donas de casa, ressalta a dimensão política da história da mulher. No mesmo ano nasce a revista *Penelope: Pour l’Histoire des Femmes*, série publicada regularmente até 1986.

Nos livros de 1979 e 1984, M. Perrot e A. Farge esboçam os fundamentos de uma história dos gêneros em que se propõem a rescrever a História à luz das relações entre homens e mulheres. Recusando as críticas que pretendem marginalizá-lo, esse tipo de História mostra-se obstinadamente pertinente a discussões teóricas mais amplas. Segalen (1980), estudando camponeses franceses, e C. Klapish-Zuber (1985), tratando de italianos renascentistas, fornecem excelentes ilustrações dessa abordagem; ambas as obras repercutiam sobre seus respectivos campos de pesquisa, provocando uma reavaliação de estereótipos familiares e de gênero. M. Perrot também agiu neste sentido ao reexaminar a história sindical do século XIX. Ela se pergunta se os historiadores tradicionais não foram despistados pelo “ideal que conjuga a virilidade à respeitabilidade”. Se não subestimaram outras formas de organização e resistência – a irreverência, a ironia, a rusticidade camponesa, as turbulências populares, as formas femininas de expressão, em suma, o espaço “que permite que os humildes preservem sua identidade. Resgatem sua memória” (Perrot, 1988:206).

Ao comentar as teses foucaultianas de Donzelot sobre a evolução recente da família européia, Perrot deixa suas teses ainda mais explícitas:

“(…) a visão das mulheres como retransmissoras do poder que, no século XIX, seriam largamente responsáveis pela instauração de uma “política da família”(…), mulheres-guardas da sociedade, parece-me profundamente contestável (...) Mais que os homens tragados pela fábrica e imperativos da produção, presos na rede da modernidade, produzidos pelas instituições disciplinares – a escola, o exército – que concernem primeiramente a eles, fascinados pelo “progresso” – a escrita e a democracia- pelas maravilhas das ciências e da técnica, pelas virilidades do esporte e da guerra ; mais que eles, as mulheres, cimento do povo, sangue das cidades, foram rebeldes á ascensão da ordem industrial”(Perrot, 1988:188-189).

Nada mostra melhor o intuito do método. Questionar os silêncios da história oficial, “analisar de maneira diferente aquilo que foi sempre evidente, dar cor àquilo que a historiografia obscureceu com sua sombra”(Farge, 1978:38) não significa simplesmente incorporar novos assuntos aos saber oficial; a releitura do passado nessas bases carrega profundas implicações para as interpretações clássicas.

Discussão

Entre as várias abordagens esboçadas aqui – desde a História demográfica até a História nova- existem diferenças fundamentais de objetivo, de método e de estilo. No entanto, o que se vê hoje na história da família é uma impressionante tolerância mútua entre pesquisadores de orientações diversas. Na retomada de um espírito comparativo, antigas acusações, - por um lado, “à excessiva abstração que não dá conta do comportamento individual” e, por outro, à “história do inseqüente”, a “história compensatória” (ou, no caso de mulheres, *her-story*)- estão cedendo o lugar a uma troca de idéias e dados entre as correntes mais divergentes. Esta política é evidente no tom de resenhas recentes, mas existem também apelos diretos como o de J.W.Scott:

“O ponto, me parece, não é rejeitar e condenar várias abordagens como incorretas – como fizeram os proponentes de uma história social política estreitamente definida(...)- mas sim de usar todas elas para avançar o empreendimento. A narrativa rescrita se torna um esforço colaborativo e não o triunfo de uma escola sobre a outra”(1983:157)

A Nova História é um entre vários tipos de história social – não o ponto culminante, mas de certa forma um ponto extremo que, pelo questionamento de tendências convencionais, exerce uma influência enriquecedora sobre o campo inteiro. E seguramente, em parte devido à sua influência, surgiram certas novidades nas histórias demográficas e econômica, onde explicações econômicas passaram a dividir o palco com análises políticas e culturais. Modelos homogeneizantes perderam espaço para análises contextuais; veio à tona a especificidade de regiões geográficas e classes sociais. Biografias individuais e outros dados antes considerados idiossincráticos foram incorporados como elementos importantes de análise. Hoje, pesquisadores em busca do “elo perdido” que liga a estrutura social ao comportamento individual não se satisfazem mais com uma definição de estruturas e normas. Eles estão procurando relacionar fenômenos estatisticamente observáveis com a experiência vivida; querem descobrir a maneira pela qual as pessoas adequam sua percepção de normas sociais com suas próprias práticas (ver Stone,1981,1984; Levine, 1982; Hareven,1987).

Seria enganador, no entanto, dar a entender que há uma integração confortável entre as diferenças escolas. Numa entrevista conduzida por A .Camargo, o eminente historiador francês François Furet levanta duas objeções clássicas à história das mentalidades. Uma primeira crítica diz respeito à “conhecibilidade” dos dados:

“(...) se há uma coisa que me parece rigorosamente inconhecível, é isto. Não creio um minuto sequer que se possa reconstituir a história das pulsões dos objetos sexuais nos períodos antigos”(Furet,1988:158).

Ora, entrar na cabeça do “outro” é um problema com o qual as ciências interpretativas convivem há muito tempo. Já foi dito e redito que o discurso explícito (seja ele oral ou escrito) não é o único nem necessariamente o mais fiel indicador dos pensamentos do “outro”. A interpretação de práticas e produtos fornece uma leitura alternativa de atitudes e valores. Não havia ninguém para entrevistar os anfitriões de Napoleão na ilha de Elba, mas entre a arqueologia de seus *habitats* e os relatos escandalizados de funcionários locais da época (“dormem indiscriminadamente, seis na cama, e sem pijamas”: Ussel,1980), alcançamos *insights* importantes que talvez os discursos diretos não fossem inspirar.

Outra objeção de Furet à história das mentalidades diz respeito à escolha de assuntos:

“Este tipo de história corre o risco de ser cada vez menos significativo, na medida em que se orienta cada vez mais para o insignificante. Na medida em que se procura compreender os mínimos feitos da vida cotidiana dos homens, corre-se o perigo de erigir em objeto histórico praticamente tudo. E se tudo é significativo, nada é significativo. É a mesma idéia sob duas formas diferentes, Não tenho nada contra que se faça a história da vida cotidiana, mas me parece que os cardápios dos albergues sicilianos no século XV são menos importantes do que o problema da decadência do Império romano...”(1988).

Na ótica dos novos historiadores, o significado não é inerente ao assunto. É algo investido no estudo pelo pesquisador, interpretado e avaliado pelo leitor. A sua definição depende do “lugar” do produtor e consumidor dentro do contexto histórico-intelectual.¹⁹ Esta ótica decorre de um método que, ao historicizar a própria ciência desafia critérios unívocos do “significativo”. Em contraste, a visão de Furet parece refletir saudades pelos parâmetros “científicos” de outrora.

Relativizar desta maneira os assuntos não significa isentar-se de suas implicações políticas. Os novos historiadores, muitos de formação marxista, não aceitam facilmente o rótulo de “apolíticos”. Eles assumem a sociedade contemporânea como ponto de partida de suas pesquisas – e a compreensão da mesma como seu principal objetivo. Só que, para realizar seu projeto, enveredam por caminhos que a miopia de outros não alcança. Por exemplo, dentro dos limites das ciências interpretativas, não é difícil encontrar no cardápio siciliano indicações sobre as rotas comerciais, as hierarquias sócio-políticas, os ciclos agrícolas e assim por diante; nem tampouco é difícil descobrir a relevância do corpo grotesco em Rabelais (Bakstín,1987) para análise do humor jocoso em grupos populares contemporâneos; ou achar inspiração entre andarilhos místicos na Itália Renascentista (Ginsburg,1988), para o estudo de curandeiros que se espalham pelo Brasil atual.

É de suma importância manter clara a diferença entre os diversos métodos. Não estou, de maneira alguma, advogando um ecletismo indisciplinado. A tentativa de criar um amálgama entre as várias correntes é altamente desaconselhável.²⁰ Procurar definir um único critério para julgar a “excelência” ou a “relevância” de pesquisas é um empreendimento fadado a desembocar num produto híbrido, pálido, onde nem os dados nem a teoria levantam vôo. Tampouco considero desejável uma corrida massiva de pesquisadores na direção da nova História. O método que ela propõe não é “a chave da realidade”; é um instrumento para acrescentar mais uma dimensão às nossas análises. É um caminho arriscado, escolhido conscientemente por um certo tipo pesquisador- uma pista com destino desconhecido que leva ora a becos sem saída, ora a saltos importantes na nossa compreensão da realidade em que vivemos. É um método riquíssimo mas, como todo método, limitado; só assume seu pleno valor dentro da dinâmica polifônica das ciências humanas contemporâneas.

Como antropóloga interessada no estudo da família brasileira, encontrei na historiografia européia diversas inspirações. Em primeiro lugar, encontrei uma bela demonstração do método comparativo e, nele, uma maneira de pôr em relevo o dado empírico que, nas ciências sociais brasileiras, foi durante longo tempo valorizado apenas quando emoldurados por alguma teoria mestra.²¹ Em segundo lugar, a farta produção dos historiadores sociais me forneceu subsídios para fazer uma aplicação concreta do método comparativo: pensar a evolução de padrões familiares em grupos urbanos de baixa renda no

Brasil em relação á história de proletários europeus. É óbvio que o procedimento comparativo deve ser acompanhado de precauções: uma economia depende e a natureza pouco eficaz dos aparatos brasileiros de poder representam diferenças suficientes para prever uma trajetória bem distinta da européia. No entanto, os casos apresentam semelhança bastante para que a análise comparativa renda hipóteses sugestivas. Em terceiro lugar, encontrei na nova História uma proposta metodológica particularmente bem adaptada à análise de universos simbólicos- uma proposta que dialoga com a antropologia interpretativa e que complementa, no plano teórico-metodológico, alguns de seus princípios. Finalmente, os conflitos entre as diversas abordagens da história social inspiram reflexões pertinentes a debates atualmente em pauta entre cientistas sociais no Brasil: teoria x dados empíricos, explicações econômicas x análises culturais, estudos diacrônicos x sincrônicos, abordagens “quantitativas” x “qualitativas”.

O uso, por brasileiros, de desenvolvimento intelectuais do chamado “Primeiro Mundo” é carregado de implicações políticas que não devem ser subestimadas (ver Berquist,1988). A história européia não devem ser erguida como modelo a ser copiado. Mas seria igualmente ingênuo rejeitar esse *corpus* teórico a pretexto de não termos passado ainda pelas etapas necessárias anteriores. É justamente entrando no diálogo, conhecendo a fundo as abordagens propostas nos diversos meios intelectuais que é possível superar modismos, evitar posições radicais e promover a singularidade de uma produção intelectual nacional.

Notas

1.Os exemplos da troca atual são vários- de pesquisadores atravessando fronteiras tradicionais de *chasse-gradée* até seminários e obras feitos em conjunto por membros das duas disciplinas. Ver, por exemplo, o seminário de F. Zonabend , A . Burguière e C. Klapisch-Zuber na École de Hause Études de Science Sociales, ou a obra coletiva editada por Gallimard , *A História da Família*, organizada por A. Burguière, M. Segalen e F. Zonabend (1987) .É também significativo que o grupo Anthropology of Europe, da American Association of Anthropology, organizou sua reunião de 1988 em torno do tema História e Antropologia, com a colaboração de historiadores tais como L. Stone.

2.Os centros de Pesquisa na USP e na UFPa se destacaram nessa área. Ver Costa e Samara (1984).

3. Veja as resenhas bibliográficas de Fukui (1980) e Corrêa (1984), assim como a sessão do GT Sociedade e Família no XI Encontro da Anpocs em Águas de São Pedro, 1987, sob a coordenação de Elizabeth Bilac , *Rumos da Pesquisa sobre a Família no Brasil*.

4. Os trabalhos de Corrêa (1982) e Bianco (1984) são, dentro da Antropologia da família, felizes exceções.

5. Assim, por exemplo, o casamento tardio e as altas na taxa de nunca casados estariam ligados a épocas de penúria em que tais práticas agiriam como mecanismos de controle de natalidade para adequar a população aos recursos disponíveis (ver Watkins,1984).

6. Na literatura desta veia havia uma tendência a dividir Portugal em duas regiões (a família tronco do Norte, a família conjugal no Sul), mas em pesquisas recentes essa tipologia, esbarrando contra inúmeras exceções, mostrou-se inadequada (Kertzer e Brettell, 1987).

7. Ao investigar o porquê da explosão demográfica, já na década de 70, historiadores questionavam a explicação mais óbvia (queda de mortalidade devida à melhoria das condições de vida) e começaram a considerar as taxas diferenciais de fertilidade.

8. Em certas regiões, durante o século XVIII, havia uma taxa de gravidez pré-nupcial de até 50% (Guttmann e Leboutte, 1984).

9. As taxas de ilegitimidade atingiram seu apogeu na França entre 1770 e 1830, chegando a constituir 25-30% de todos os nascimentos em certas áreas urbanas. O número de pessoas vivendo em concubinato é difícil de calcular; para a população parisiense do século XIX, as estimativas variam entre 10 e 20%. Certos autores consideram que até o fim do século XIX a co-residência era uma prática quase universal nas classes trabalhadoras urbanas (Berlanstein, 1980).

10. D. Levine, no livro organizado por R. Smith (1984), apoiando tal argumento, constata que entre 1500 e 1851, enquanto a população da Inglaterra aumentou sete vezes, os proletários se multiplicam 23 vezes!

11. Segundo Delasselle (1975), em Paris de 1770 o número de crianças abandonadas representava quase um quinto do número total batizado durante o ano.

12. A partir de 1726 as parteiras eram obrigadas a questionar as mães solteiras durante o parto sobre a identidade de seus amantes (Stone, 1977:401).

13. O *wife-sale* é o rito em que um aldeão na Inglaterra pré-moderna levava sua esposa presa com coleira e corrente para o mercado local e “vendia” a um novo marido. *Bundling* era a prática, conhecida em países nórdicos, em que namorados, plenamente vestidos, passavam a noite amarrados (e por vezes, com uma prancha entre eles) numa cama.

14. Vários historiadores trabalhando nessa linha contribuíram para tornar mais sutis as nossas noções sobre o patriarcado. Camic (1983), por exemplo, sugere que na Escócia Calvinista do século XVIII, apesar de uma norma patriarcal repressiva, na prática por causa da morte dos pais ou de internato, muitas crianças nunca chegaram a sentir o peso do patriarca. Outro historiador (Sommerville, 1982) alega que os patriarcas calvinistas eram os primeiros pais modernos pois, apesar de seus métodos espartanos de disciplina, consideravam o castigo não como um fim em si, mas sim um meio para formar o caráter de seus filhos. Ver nas crianças a semente de futuros adultos seria o marco da modernidade e uma revolução de atitudes voltadas agora para o futuro. Pesquisas nesta linha procuram um vínculo entre a experiência de crianças e as idéias e sentimentos de adultos. Não há nada

demais nessa busca; pelo contrário, por causa de sua ênfase em situações socializadoras, abre perspectivas interessantíssimas sobre detalhes e *microsettings* da trajetória infantil de outrora. No entanto, as causas moralizantes que tantas vezes a acompanham são mais consternantes. Sommerville , depois de ter desmistificado o pretense benefício da glorificação de crianças durante os séculos XVIII e XIX, deixa o leitor perplexo ao advogar uma nova versão (mais autêntica?) dessa glorificação como solução da atual crise.

15. Veja, por exemplo, o perfil que Stone esboça sobre o comportamento sexual de grupos populares. Uma certa liberalidade da cultura *folk* do século XVI teria sido recalçada pelo puritanismo da época cromweliana; as altas taxas de gravidez pré-nupcial e ilegitimidade que acompanharam a Revolução Industrial seriam indicação de atitudes novamente liberais que, por sua vez, foram modificadas pela moralização das campanhas filantrópicas do século XIX.

16. A . Macfarlane (1986) sugere que, na Inglaterra, a livre escolha do cônjuge, já amplamente em evidência durante a Época Tudoriana e a Reforma (ver Brown,1982, sobre o ideal de amizade), é bem mais antiga do que se pensava. Ele atribui essa autonomia tradicional do indivíduo a duas instituições teutônicas: a lei comum (*common law*) e a monarquia limitada.

17. Enquanto os psico-historiadores tentam driblar constantes psíquicos com particularidades contextuais, há outras perspectivas, tal como a de Pollack, que ressaltam constantes quase biológicas no relacionamento pais-filhos (1983). Mergulhando em dados tirados de diários íntimos a partir do século XVI, ela demonstra que sentimentos familiares “modernos” existiam bem antes da chamada revolução sentimental. É compreensível que a autora use esses dados para deslocar as atenções de historiadores contemporâneos de “mudança” para continuidade. Contudo, a autora titubeia ao apelar para a Sócio-Biologia e a Antropologia para apoiar a idéia de um padrão (natural?) transcultural de paternidade e maternidade. E. Badinter, no seu livro *Um Amor Conquistado*, demonstra o contraste entre perspectivas como a de Pollack e da Nova História. Descartando considerações sobre “instintos” como sendo de mínima relevância, propõe uma análise fenomenológica dos sentimentos maternos. Mostra que as mulheres, em determinadas épocas da história francesa, foram levadas pelo contexto a desconsiderar seu papel materno em favor de outros- de esposa , por exemplo .Indo de Aristóteles a Freud, passando pela influência da Igreja, seu objetivo principal é desmistificar a ideologia materna que assombra a mulher contemporânea.

18. Ver os números especiais de *L'Uomo* (Società Tradizionale Sviluppo, VII (1/2) e *L'Homme*, 1980, vol.20, n.4, sobre nomes, e o número especial do *Journal of Interdisciplinary History*, n.XVII (1),1986), sobre imagens.

19. O fato de certas obras da história social só estourarem nas discussões acadêmicas 20 anos depois de sua primeira edição (veja, justamente, Bakhtin e Ginsburg) mostra a importância desse lugar. E lembra o debate entre De Certeau e Lucien Febre. Este, elogiando seus contemporâneos por terem liberado Rabelais das brigas religiosas da historiografia novecentista, considerou que eles tiraram o “capuz” da história do século XVI. De Certeau mostra como uma mudança no contexto da historiografia política e

religiosa universitária permitiu essa nova visão. “O que se indica aí não são concepções melhores ou mais objetivas, mas uma outra situação” (1979:26).

20. *Misturar paradigmas* . Se, por um lado, há o perigo de sucumbir a críticas fáceis como as de Furet, por outro, há o risco de, por entusiasmo excessivo cobrar dessa abordagem respostas que ela não é capaz de dar. Por exemplo, um grupo de pesquisadores está procurando nessa literatura subsídios para dar uma teoria geral das Ciências Sociais (ver Alexander,1987). Ora, o método hermenêutico inerente à nova História se fundamenta no repúdio a categorias universais, verdades imanentes e teorias globais. Tentar adaptar “saberes parciais” a uma “teoria geral” é querer casar Heidegger com Aristóteles – com a consequência previsível de divórcio litigioso.

21. A história social evolui de mãos dadas com um certo estilo de Antropologia francesa. Refiro-me aos etnólogos voltados para sociedades complexas e, em particular para a França. Em vez de virarem as costas ao folclore, assumem essa herança, usando práticas e costumes para fazer uma leitura sutil de emoções, carregando suas análises de tons psicanalíticos, de ambivalências e ambigüidades. É curioso que, apesar da popularidade atual da descrição narrativa da história social, as obras clássicas da etnologia (Verdier,1979; Petonnet,1979; Zonabend,1981; Favret-Saada,1977) ainda não foram traduzidas para o português.